



Anamatra apresenta proposições a presidente eleito do Supremo Tribunal Federal

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, acompanhado do vice-presidente, Paulo Schmidt, encontrou-se com o presidente eleito do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto, no dia 28 de março. O juiz desejou sucesso ao ministro na condução da Corte e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e aproveitou para entregar proposições elaboradas pela diretoria da Anamatra em conjunto com os presidentes das 24 Amatras.

As propostas dizem respeito às preocupações da magistratura do Trabalho do ponto de vista da expectativa do legítimo desenvolvimento da carreira e do restabelecimento dos vencimentos da magistratura, "cujos valores encontram-se comprometidos por seguidas transgressões e desprestígios de ordem polí-

tica e constitucional", segundo diz o documento.

No ofício, a Anamatra e as Amatras se colocam à disposição do ministro para contribuir com a atuação do STF e do CNJ. "Na certeza de encontrar em Vossa Excelência o timoneiro de uma luta que recoloca o Judiciário e a magistratura em patamar elevado, contará a futura presidência do Supremo Tribunal Federal com a parceria indeclinável da Anamatra, inclusive no que se refere ao desenvolvimento de programas de desenvolvimento e integração para a cidadania".

"A Anamatra, ciente da suma importância do cargo que será ocupado por Vossa Excelência e das inúmeras responsabilidades a ele atinentes, quer registrar não só os anseios, mas também a grande esperança que a magistratura Trabalhista Nacional

deposita em Vossa Excelência, colocando-se à sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos e providências nas quais puder contribuir, tudo para aprimorar o funcionamento do Poder Judiciário", finaliza o documento entregue ao ministro.

As proposições dos magistrados do Trabalho abordam os seguintes temas: Política Remuneratória; Democratização interna do Poder Judiciário; Condições de trabalho e saúde da magistratura; Regime de Previdência; Julgamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade de interesse das carreiras típicas de estado no STF (natureza previdenciária); Simetria com o Ministério Público; e Ação no Âmbito do CNJ: programas de integração e cidadania, com parceria com o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC).

Leia mais na página 3



EXPEDIENTE

PRESIDENTE: Renato Henry Sant'Anna
(Amatra 15/Campinas e Região)

VICE-PRESIDENTE: Paulo Luiz Schmidt
(Amatra 4/RS)

SECRETÁRIO-GERAL: Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira (Amatra 9/PR)

DIRETOR ADMINISTRATIVO: João Bosco de Barcelos Coura (Amatra 3/MG)

DIRETOR FINANCEIRO: Gilberto Augusto Leitão Martins (Amatra 10/DF e TO)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: Cléa Maria Carvalho do Couto (Amatra 1/RJ)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS E ASSUNTOS JURÍDICOS: Vitor Leandro Yamada (Amatra 14/RO)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS: Germano Silveira de Siqueira (Amatra 7/CE)

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA: Narbal Antônio de Mendonça Fileti (Amatra 12/SC)

DIRETOR DE EVENTOS E CONVÊNIOS: André Machado Calvancanti (Amatra 13/PB)

DIRETOR DE INFORMÁTICA: Valter Souza Pugliesi (Amatra 19/AL)

DIRETORA DE APOSENTADOS: Terezinha Célia Kineipp Oliveira (Amatra 10/DF e TO)

DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: Sandra Miguel Abou Assali Bertelli (Amatra 2/SP)

CONSELHO FISCAL: Viviane Maria Leite de Faria (Amatra 5/Bahia), Luciana Paula Conforti (Amatra 6/Pernambuco), Leonardo Ely (Amatra 24/Mato Grosso do Sul); SUPLENTE: Adib Pereira Netto Salim (Amatra 17/Espírito Santo)

CORRESPONDÊNCIAS:
SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608
Brasília/DF CEP: 70316-000
NA INTERNET: www.anamatra.org.br
CONTATO: (61) 3322.0266 / 3321.7388
imprensa@anamatra.org.br

REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Mariana Monteiro (7859/DF) e Viviane Dias (22651/RJ)

MARKETING: Adriana Zetula

DIAGRAMAÇÃO: Clarissa Teixeira (61) 9202.3012

IMPRESSÃO:

TIRAGEM: 4.600

Carta ao associado

Caros colegas,

A magistratura vive momentos difíceis. O Judiciário parece refém dos demais Poderes e a sociedade ainda não se deu conta da importância dos juízes na manutenção do Estado Democrático de Direito no Brasil.

O culto aos números estatísticos das metas criadas e os desvios de conduta de alguns pouquíssimos magistrados acabam tomando o imaginário popular e fazem com que a sociedade, injustamente, teça críticas levianas e desacredite o trabalho dos juízes.

O que fazer para mudar essa equivocada ideia que se tem do Poder Judiciário brasileiro? Não há fórmula perfeita e acabada para responder a essa indagação e talvez seja esse o maior dilema que hoje se abate dentro do próprio Poder Judiciário.

Enquanto em determinadas questões o Supremo Tribunal Federal (STF) venha assumindo o protagonismo que lhe cabe como guardião da Constituição Federal (p.e. ficha limpa, união homoafetiva, interrupção da gravidez de fetos anencéfalos), em outras, principalmente naquelas afetas aos interesses do próprio Judiciário, permanece como mero coadjuvante.

Continuamos sem a recomposição inflacionária do valor do nosso subsídio que, atualmente, acumula perdas de mais de 25% em seu poder aquisitivo. Também não evoluímos nas tratativas com os demais Poderes visando ao estabelecimento de uma política remuneratória justa e permanente que valorize a carreira da magistratura.

Estamos longe de resolver os problemas do regime previdenciário dos magistrados, modificado de forma inconstitucional em sucessivas reformas enviadas pelo Executivo ao Congresso Nacional e que já foram objeto, inclusive, de ações diretas de inconstitucionalidade propostas pela Anamatra perante o próprio STF, ainda pendentes de julgamento.

A tão salutar e desejada democratização interna dos tribunais, com eleição direta para a escolha dos membros da cúpula diretiva, além de parecer um tabu insuperável, é, por alguns, tratada e combatida como se fosse uma doença contagiosa.

Os noticiários tendenciosos veiculados pela mídia visando fragilizar o Poder Judiciário só fazem incentivar a crescente violação das garantias e prerrogativas constitucionais dos juízes no exercício do seu ofício, em prejuízo ao próprio cidadão.

Em compasso de espera pelo envio ao Congresso Nacional do anteprojeto de lei para o novo Estatuto da Magistratura, seguem os juízes, em seus direitos, garantias e prerrogativas, num patamar claramente abaixo de outras carreiras de Estado, sobretudo a do Ministério Público, cujos regimes, pela dicção da Carta Magna, deveriam guardar plena simetria entre si.

Apesar dessas mazelas e ansiando por dias melhores, o trabalho dos juízes a serviço da população não para. Mesmo em prejuízo da própria saúde física e mental e do convívio familiar, como comprova recente pesquisa realizada pela Anamatra, os juízes e juízas do Trabalho do Brasil exercem com amor, afinco e dedicação a profissão que livremente escolheram.

Cumpramos às associações de classe como a Anamatra a árdua tarefa de atuar e garantir a esses mesmos juízes e juízas o mínimo de condições necessárias para bem executarem sua missão, que passa tanto pelo respeito às garantias e prerrogativas da magistratura, quanto pela justa remuneração e valorização desses profissionais pelos relevantes e imprescindíveis serviços prestados à sociedade.

Espera a Anamatra que o futuro Presidente do STF, ministro Ayres Britto, no breve período em que permanecerá a frente da Suprema Corte, restabeleça o protagonismo do órgão máximo do Poder Judiciário Nacional e retome o diálogo com os demais Poderes da República na busca de soluções concretas para os problemas que afligem os juízes e juízas do Brasil.



Vitor Yamada
Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos

Ministro Ayres Britto pede diálogo entre os Poderes

Foto: Ascom ANPT



O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, acompanhado de representantes de entidades do Ministério Público e do Poder Judiciário, reuniu-se no dia 26 com o presidente eleito do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto. Na ocasião, o grupo discutiu temas de interesse da magistratura e do MP.

Um dos assuntos debatidos com o ministro foi o diálogo que deve haver entre os Três Poderes e as associações, com o objetivo de reforçar a ideia de melhores condições de trabalho, saúde e segurança, além de uma política remuneratória mais adequada para os membros das duas carreiras. Para Ayres Britto, é essencial esse diálogo entre as entidades para que o trabalho em prol do Judiciário funcione efetivamente.

A situação dos projetos que recomparam os subsídios das duas carreiras também foi tratada durante o encontro. Segundo o presidente eleito do

“Magistratura e Ministério Público são duas instituições de alta qualidade. É uma honra fazer parte delas. Mas precisamos recuperar o entusiasmo com as carreiras”

Ministro
Ayres Britto

STF, a recomposição dos subsídios de promotores, procuradores e magistrados apresenta-se como algo de inegável relevância para tais carreiras, além de medidas que visem o reforço da própria noção de carreira, o que, por conseguinte, tem influência no aprimoramento do Ministério Público e do Judiciário. “Magistratura e Ministério Público são duas instituições de alta qualidade. É uma honra fazer parte delas. Mas precisamos recuperar o entusiasmo com as carreiras”, enfatizou Ayres Britto.

Outro ponto destacado pelo ministro foi a abertura para uma agenda positiva entre as entidades, para unir esforços em prol dos mesmos objetivos, consistentes na busca de melhorias para a sociedade como um todo. De acordo com Ayres Britto, o trabalho conjunto entre elas tem se mostrado importante e de muita valia. *AB*

*Fonte: Ascom ANPT



Presidenta da Amatra 10 fala sobre consulta a cadastro de inadimplentes para admissão de trabalhador

A presidenta da Amatra 10 (DF e TO), Noemia Porto, representou a Anamatra em audiência pública realizada pelas comissões de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais do Senado Federal no dia 5. As exposições e debates giraram em torno de recente decisão da 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) permitindo que o cadastro de inadimplentes (SPC/Serasa) seja utilizado como critério para a contratação de empregado. A audiência foi coordenada pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Durante sua explanação, Noemia explicou que a decisão diz respeito apenas à empresa envolvida na ação julgada. De início a juíza ponderou o necessário respeito às decisões judiciais. "O tribunal julgou aquele caso específico. Todavia, a decisão não dá carta branca para que outras empresas consultem os cadastros quando pretendem contratar um empregado", destacou. "O caso trazia em si, na prática e em concreto, questões controversas. Um tribunal, diferentemente do Parlamento e do Poder Executivo, trabalha apenas olhando aquilo que consegue ser ou não pro-

vado num caso concreto. Naquela decisão, por exemplo, um dos ministros destacou que não havia prova de que a empresa utilizava dados da Justiça do Trabalho a fim de não contratar trabalhadores que tivessem ações na justiça. Não havia provas nos autos. Na Justiça se leva a sério a versão de todos os litigantes", completou.

"Há tese jurídica possível no sentido de que a Constituição considera discriminatória a investigação relacionada a condições pessoais e não individuais. Parecem palavras similares, mas na prática podem envolver entendimentos divergentes", detalhou a magistrada. "Entretanto, vale ressaltar que, como se tratou de uma ação civil pública, se um trabalhador, na hora de ser contratado por esta rede de supermercados, concretamente observar que não foi admitido em razão de uma busca feita a estes cadastros públicos, pode entrar com uma ação, uma reclamação trabalhista, para questionar esta não admissão, pedindo aquilo que achar de direito".

Em relação às proposições legislativas que tramitam no Congresso Nacional, que tratam como discrimi-

natórias as consultas aos cadastros para fins de admissão ou não do trabalhador, a juíza frisou que a nova lei é válida na medida em que auxiliar no esclarecimento sobre o sentido da Constituição acerca da igualdade e da liberdade. "Mas também é importante que sejam trabalhadas as exceções de forma objetiva", lembrou. "Tais projetos de lei vão ao encontro de iniciativas que já existem em países como Portugal e Dinamarca, onde a lei é explícita ao dizer que é prática discriminatória o acesso a estes dados, mas também diz exatamente quais são as exceções", disse Noemia, ao dar como exemplo os casos em que o acesso cadastral estiver objetivamente relacionado ao tipo de cargo que o trabalhador vai ter acesso para exercício de determinada função.

Por fim, a representante da Anamatra ressaltou que a decisão da 2ª Turma do TST em debate na audiência pública diverge de decisões de outras turmas da Corte e que, possivelmente, dentro em breve, o Supremo Tribunal Federal poderá se pronunciar a respeito do tema, que tem matriz constitucional. *A*

Anamatra vai ao Congresso discutir temas de interesse

O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, e o membro da Comissão Legislativa da entidade Luis Cláudio Branco estiveram com diversos parlamentares durante o dia 7. Os magistrados debateram temas de interesse do Judiciário e também que envolvem os trabalhadores brasileiros.

Paulo Schmidt reuniu-se com um dos assessores do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para falar sobre nomeação de magistrados nos tribunais regionais por antiguidade e merecimento. O juiz destacou que a Anamatra defende que a presidenta da República defina apenas aqueles nomes destinadas às vagas do Quinto Constitucional. Os nomes para as vagas reservadas para magistrados de carreira devem ser escolhidos e nomeados (e também aposentados) pelo próprio tribunal, a exemplo do que já acontece na Justiça Estadual. O peemedebista estuda apresentar o anteprojeto de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sugerido pela Anamatra.

Já Luis Cláudio Branco se reuniu com os recém escolhidos presidentes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, Ricardo Berzoini (PT-SP), e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), além da 1ª vice-presidente da CTASP, Flávia Moraes (PDT-GO). O magistrado cumprimentou os deputados pelas novas responsabilidades.

O membro da Comissão de Assuntos Legislativos da Anamatra também aproveitou a oportunidade para discutir com os parlamentares temas que giram em torno da terceirização, mais especificamente aqueles abordados no Projeto de Lei nº 4330/2004. O PL dispõe sobre as relações de trabalho decorrentes da terceirização. Luis Cláudio Branco entregou uma nota técnica ao relator da proposição, deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA). No documento, a Anamatra expressa sua preocupação com diversos pontos do projeto, pois eles podem significar um retrocesso nos direitos já conquistados pelos trabalhadores.



Fotos: Arquivo Anamatra

Simple Trabalhista

Em reunião com o quarto secretário da Câmara dos Deputados, Júlio Delgado (PSB-MG), Luis Cláudio Branco tratou de outro assunto que preocupa os juízes do Trabalho: o simples trabalhista, instituído na forma do Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal por meio do PL 951/2011, de autoria de Delgado. O juiz entregou nota técnica ao parlamentar, em que a Anamatra expressa ser contra a aprovação da proposição, uma vez que reduz direitos trabalhistas dos empregados de micro e pequenas empresas ao diminuir encargos e custos da contratação, mediante acordo ou convenção coletiva específica ou negociação direta entre empregado e empregador.

“Não concordamos com a criação de uma espécie de empregado de segunda categoria”, destacou Luis Cláudio Branco. “Entendemos e respeitamos a proposta do senhor, mas não concordamos”, completou, ressaltando o respeito da Anamatra pelo deputado. O parlamentar, por sua vez, disse que já esperava posição contrária da entidade e que acredita que o projeto não deve ser votado em 2012.

Convite

O vice-presidente da Anamatra foi até o gabinete do senador Paulo Paim (PT-RS) para convidá-lo para o 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), que será realizado de 1º a 4 de maio em João Pessoa (PB).

Durante a conversa, Paulo Schmidt e Paulo Paim também destacaram o momento preocupante por que passa o Parlamento. Ambos estão preocupados com a precarização dos direitos trabalhistas, contida em diversas proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional. *A*



Fotos: Arquivo Anamatra

Terceirização: Anamatra alerta presidente da CCJ da Câmara sobre proposta legislativa que afeta direitos dos trabalhadores



Foto: Arquivo Anamatra

O juiz Valter Pugliesi, diretor de Informática da Anamatra, participou no dia 14 de reunião dos integrantes do Fórum da Terceirização com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ), deputado Ricardo Berzoini (PT-SP).

O encontro - que reuniu representantes da Associação Nacional de Procuradores do Trabalho, dirigentes sindicais e outros representantes da sociedade civil -, teve como objetivo discutir o Projeto de Lei nº 4.330/2004, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que dispõe sobre a terceirização e as relações de trabalho dela decorrentes.

O PL nº 4.330/2004 aguarda parecer do relator na CCJ, deputado Arthur

“A Anamatra enxerga na terceirização a precarização do Direito do Trabalho. Nós sabemos que ela é uma realidade e sua regulamentação é necessária, mas o Direito do Trabalho tem função de interagir com a sociedade”

Valter Pugliesi

Oliveira Maia (PMDB-BA). Em sua última tramitação, em novembro do ano passado, foi aprovado pela Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições voltadas à regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil, relatório com substitutivo que pode servir como texto alternativo ao PL 4.330/2004.

Durante o encontro, a Anamatra entregou nota técnica alertando para as ameaças aos direitos trabalhistas constantes no texto alternativo. “A Anamatra enxerga na terceirização a precarização do Direito do Trabalho. Nós sabemos que ela é uma realidade e sua regulamentação é necessária, mas o Direito do Trabalho tem função de interagir com a sociedade”, ressaltou Pugliesi. *Ap*

Juiz do Trabalho fala sobre responsabilidade da União sobre o Funpresp

O presidente da Amatra 15 (Campinas e Região), Guilherme Feliciano, representou a Anamatra em audiência pública que debateu o Fundo de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais (Funpresp) na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. O encontro aconteceu durante toda a manhã do dia 19. O Fundo é criado pelo Projeto de Lei nº 1992, aprovado pelo Senado e que aguarda sanção presidencial.

Ao abrir sua exposição, Guilherme Feliciano enalteceu a iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS) de convidar a sociedade a debater tema que é especialmente importante por ferir o tema dos direitos humanos fundamentais (segunda e terceira gerações). “Falar de previdência, mesmo a complementar, significa falar de cálculos, de contas, de números. Mas, em primeiro lugar, significa falar de pessoas, de direitos humanos”, disse. “E se falamos de direitos humanos, temos que falar de isonomia intergeracional”. Observou que, uma vez criada

a Funpresp, esta isonomia será ferida. No âmbito da magistratura, por exemplo, serão criadas duas categorias de juizes: os que ingressaram na carreira anteriormente à instituição do Fundo e aqueles que ingressaram depois, com direitos previdenciários limitados”, alertou o magistrado.

O representante da Anamatra também trouxe à tona a discussão que envolve a questão da natureza pública. “Discutir natureza pública é discutir a responsabilidade que o Estado terá com respeito a estes direitos previdenciários”, revelou. “A União não bancará a Funpresp, o que revela uma contradição interna do discurso do Governo Federal, que vaticina uma Funpresp exitosa e gigantesca (“o maior fundo de pensões da América Latina”), mas não assume sequer parcialmente os riscos de eventual malogro. Ora, se o fundo deve ter natureza pública (art. 40, par. 15, da CRFB), então está claro que deve engendrar algum nível de responsabilidade pública, o que simplesmente não está no

PLC n. 02/012”, afirmou Feliciano.

Feliciano também chamou a atenção para uma outra peculiaridade: se a Funpresp for de fato abranger a magistratura, como diz o texto atual, será inconstitucional. “Tratando-se de matéria inerente ao estatuto jurídico do magistrado, o artigo 93, caput, da Constituição é claro ao afirmar que isto somente pode ser feito por lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal”, destacou. “Eis um insanável vício de origem, que a Anamatra traz à tona agora para que depois não tenha que discuti-lo dentro do próprio Judiciário”.

Ao final, lembrou John Kennedy, pontuando que “o momento para consertar o telhado é aquele em que o Sol está brilhando”, exortando os senadores da República a aproveitarem o ensejo das audiências públicas, quando o debate vem à luz e servidores e cidadãos são diretamente ouvidos, para corrigir as perigosas distorções do projeto de lei. *A*

“Discutir natureza pública é discutir a responsabilidade que o Estado terá com respeito a estes direitos previdenciários”

Guilherme Feliciano



Foto: Arquivo Anamatra

Diretora fala sobre igualdade de gênero nas relações de trabalho



Foto: Arquivo Anamatra

A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli, participou de audiência pública no dia 20 na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O tema abordado foi “Trabalho decente, uma questão de gênero”. “Envidar esforços para a garantia de condições de trabalho decente e para a preservação dos direitos humanos implica enfrentar a questão da igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho”, afirmou a juíza.

Durante sua exposição, Sandra lembrou que a Assembleia Constituinte avançou no sentido da igualdade de gê-

nero nas relações de trabalho no Brasil. “Também no plano internacional, várias foram as convenções da Organização Internacional do Trabalho ratificadas no Brasil”, destacou a magistrada, citando as convenções 3 e 103, que protegem a maternidade, e as 100 e 111, que garantem a igualdade salarial entre homens e mulheres.

De acordo com Sandra Bertelli, as proposições que tramitam no Congresso Nacional que propõem garantir a igualdade de gênero e combater a discriminação contra a mulher são instrumentos eficazes e que merecem atenção. “Este é o desafio do mundo moderno. Mesmo com todos os avanços, as mulheres ainda sofrem com salários baixos, violência, jornada excessiva de trabalho e desvantagens na carreira profissional”, revelou. “Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nesta história”.

Ainda sobre a importância do poder público se debruçar sobre estas questões, a representante da Anamatra frisou que cabe ao Judiciário conferir adequada interpretação das leis, sem amarras conservadoras. “Detectar as formas de discriminação e combatê-las, visando à preservação da igualdade de gêneros, igualdade de oportunidades e, com isso, à garantia da Justiça Social tão cara à dignidade dos homens, é a nossa maior missão no século 21”.

“Por fim, gostaria de dizer que a Anamatra apoia todos os projetos que visem à garantia da igualdade de gênero, condição maior para obtenção do trabalho decente”, finalizou a juíza. *A*

Trabalho escravo: entidades mobilizam-se pela aprovação da PEC 438

A Anamatra continua mobilizada na luta pelo trabalho escravo. Na manhã do dia 20, a diretora de Cidadania e Direitos Humanos da entidade, Sandra Bertelli, percorreu diversas lideranças partidárias da Câmara dos Deputados, juntamente com integrantes da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). O grupo – liderado pelo presidente da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo, deputado Domingos Dutra (PT-MA) –, pediu aos parlamentares a colocação em pauta – e aprovação – da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 438/2001, que prevê o confisco de terras onde forem en-

contrados trabalhadores em situação de escravidão.

O grupo se reuniu com os líderes Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), Rubens Bueno (PPS-PR) e Bruno Araújo (PSDB-PE). Além disso, os integrantes do Conatrae tiveram a oportunidade de debater o assunto com os deputados Amauri Teixeira (PT-BA) e Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP).

Nos encontros, a diretora da Anamatra destacou que este é um tema muito caro para os juizes do Trabalho e colocou a Associação à disposição dos parlamentares para debate. “O Brasil só vai avançar quando eliminarmos esta praga”, enfatizou Sandra Bertelli. *A*



Fotos: Arquivo Anamatra

Anamatra vai a líder do PSD pela erradicação do trabalho escravo

Foto: Arquivo Anamatra



O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, esteve com o líder do PSD na Câmara dos Deputados, Guilherme Campos (SP), no dia 21. O magistrado acompanhou o deputado Domingos Dutra (PT-MA) e integrantes da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). O objetivo do encontro foi pedir ao parlamentar mobilização para a inclusão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

nº 438 na pauta de votação da Casa.

A PEC 438/2001 prevê o confisco de terras onde forem encontrados trabalhadores em situação análoga à escravidão. A proposição, que está parada na Câmara dos Deputados desde 2004 após aprovação no Senado e em primeiro turno no plenário da Câmara, é de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA), mas foi pensada a uma proposta de mesmo sentido apresen-

tada pelo deputado Paulo Rocha (PT-PA) em 1995. Ou seja, a PEC está há 17 anos em tramitação.

A Anamatra sempre apoiou a iniciativa, tendo participado de congressos, encontros, audiências, debates e eventos sobre o tema. Para os juízes do Trabalho, o trabalho escravo é um tema muito caro, que chega a gerar constrangimento para o Brasil perante as demais nações. *A*

Câmara aprova criação de 20 varas trabalhistas em quatro estados

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou em março três projetos de lei do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que criam 20 varas trabalhistas em municípios do Ceará, de Santa Catarina, do Pará e do Amapá. Os projetos também criam 20 cargos de juiz do trabalho, 160 de analista judiciário e 80 de técnico judiciário, além de 139 funções comissionadas e 16 cargos em comissão no quadro de pessoal dos respectivos tribunais regionais do trabalho. Os textos aprovados, que seguem para análise do Senado, são:

- PL 1828/11, que cria cinco varas do trabalho nos municípios cearenses de Aracati, Caucaia, Eusébio, Juazeiro do Norte e Sobral. A proposta também cria cinco cargos de juiz do trabalho, 40 de analista judiciário e 20 de técnico judiciário. Além disso, serão criados cinco cargos em comissão e 40 funções comissionadas;

- PL 1832/11, que cria quatro varas do Trabalho no interior de Santa Catarina (uma em Palhoça, duas em Chapécó e uma em Brusque). A proposta também cria 4 cargos de juiz do tra-

balho, 32 de analista judiciário e 16 de técnico judiciário;

- PL 1835/11, que cria 11 varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com sede em Belém, no Pará. A proposta também prevê a criação de 11 cargos de juiz do Trabalho, 132 cargos de provimento efetivo (analistas e técnicos judiciários), 11 cargos em comissão e 99 funções comissionadas no quadro de pessoal do tribunal. Das 11 varas, três são em Macapá (AP). *A*

Fonte: Agência Câmara

Anamatra participa de audiência pública sobre trabalho doméstico

A juíza da 6ª Região (PE) Luciana Conforti, que faz parte do Conselho Fiscal e da Comissão de Direitos Humanos da Anamatra, representou a entidade em audiência pública realizada no dia 27 na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O tema debatido entre os participantes foi “O trabalho doméstico no Brasil e a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”.

“Este é um assunto de grande relevância para o Brasil, tendo em vista que temos sete milhões de trabalhadores domésticos, sendo que mais de 90% mulheres e mais de 60% negras”, destacou Luciana. De acordo com juíza, o grande problema do trabalho doméstico no país é a informalidade, além da falta de condições dignas de trabalho.

“Com a ratificação da Convenção 189 da OIT teremos alterações significativas, como o fundo de garantia



Foto: Ascom ANPT

obrigatório, a folga semanal de 24 horas, a jornada semanal de 44 horas, pagamento de horas extras e do adicional noturno”, disse a representante da Anamatra, lembrando que se trata de uma relação peculiar de trabalho e a tendência é que fique cada vez me-

nos pessoal e mais profissional.

“É questão de reconhecimento de trabalho decente, do banimento de discriminação de gênero e de raça, do oferecimento das mesmas oportunidades e de tratamento”, acrescentou a magistrada. *A*

Entidades são contra decreto que susta registrador de ponto eletrônico



Foto: Arquivo Anamatra

O diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Germano Siqueira, acompanhado dos membros da Comissão Legislativa da entidade Luíza Eugênia e Luiz Colussi, reuniu-se com o senador Paulo Paim (PT-RS) no dia 28. O objetivo do encontro foi reafirmar a posição contrária dos juízes do Trabalho a respeito do Projeto de decreto Legislativo do Senado (PDS) 593/2010, que susta os efeitos da Portaria 1.510/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),

instituindo o Registrador de Ponto Eletrônico (REP).

A portaria do MTE entrou em vigor no dia 2 de abril. De acordo com o ministério, até o fim de março 100 mil empresas já haviam comprado o novo equipamento necessário para registrar o ponto de seus funcionários. Este número representa 25% da quantidade de empresas que precisam se adaptar. As instituições com controle manual (escrito) ou mecânico (cartão) não precisam mudar.

“Até eu, como juiz, em processos judiciais, já me enganei ao julgar processos porque os registros haviam sido alterados e não havia ciência da fragilidade do sistema”, relatou o diretor da Anamatra.

No encontro com o senador, a Anamatra, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e o Ministério do Trabalho entregaram a Paim uma manifestação conjunta em apoio ao ponto eletrônico.

“Meu parecer é contra o PDS 593. O registro de ponto eletrônico é um instrumento de preservação dos direitos dos trabalhadores”, afirmou Paulo Paim. O projeto aguarda análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, da qual o senador petista é o presidente. *A*

Comissão Legislativa expõe preocupação com terceirização a deputado Vieira da Cunha



Foto: Arquivo Anamatra

Os integrantes da Comissão Legislativa da Anamatra Luíza Eugênia e Luiz Colussi estiveram com o deputado Vieira da Cunha (PDT-RS) no dia 28. Os magistrados levaram ao parlamentar a preocupação da Associação em relação à terceirização e promoção de novos juízes titulares.

Em relação à remoção de juizes, Colussi pediu ao deputado que tente incluir na pauta de votação da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJ) o Projeto de Lei nº 6366/2009, que corrige a denominação do antigo cargo "juiz presidente da junta" para "juiz titular de Vara do Trabalho" e reduz o prazo para o início do processo de promoção do novo juiz titular.

Os magistrados também debateram com o parlamentar a questão da terceirização, especialmente sobre o Projeto de Lei nº 4330/2004. A proposição está na CCJ sob relatoria do deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA) e a Anamatra é contrária à sua

aprovação. "Temos uma nota técnica que pode subsidiar os deputados na hora do debate", disse o representante da Anamatra.

Luíza Eugênia lembrou que, se o PL 4330 for aprovado como está, trará muitos danos ao trabalhador e à sociedade. "É uma preocupação muito grande que nós temos. Por exemplo: como será nas instituições que têm concurso público? Deixaram de existir concursados para haver só terceirizados?", indagou a juíza.

Os representantes da Anamatra ainda falaram com o deputado sobre o registro de ponto eletrônico (REP). Tramita atualmente no Congresso Nacional o Projeto de decreto Legislativo do Senado (PDS) 593/2010, que susta os efeitos da Portaria 1.510/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), instituindo o REP. A Anamatra é contra a aprovação do PDS, pois acredita que o registro é de extrema importância na garantia dos direitos dos trabalhadores.

PL 4330/04

O PL 4330 recebeu substitutivo do deputado Roberto Santiago (PSD-SP), que aguarda apresentação de parecer na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados após obter 14 votos favoráveis e dois contrários na Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições voltadas à regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil.

PL 6366/2009

O PL 6366 é fruto de anteprojeto de lei da Anamatra e apresentado pelo deputado Paes Landim (PTB-PI) em outubro de 2011. A proposição dá nova redação à alínea "a" e ao parágrafo 5º e ao artigo 654 da CLT, visando a redução do prazo do pedido para remoção de juiz titular de 15 para 5 dias. *A*

Anamatra participa de instalação de CPI do trabalho escravo na Câmara dos Deputados

Foi instalada no dia 28, na Câmara dos Deputados, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trabalho Escravo, que deve investigar empresas e empregadores que mantêm trabalhadores em regime análogo ao de escravidão. Os membros da Comissão Legislativa da Anamatra Luiz Colussi e Luíza Eugênia participaram da audiência que instalou a CPI e elegeu o deputado Cláudio Puty (PT-PA), autor da proposta de criação da Comissão, como seu presidente.

De acordo com Puty, a Comissão tem o objetivo de colocar a questão do trabalho escravo num plano mais amplo de avaliação das condições de trabalho no país. "A prática deste crime já foi há tempos reconhecida. É preciso bani-la da nossa sociedade, pois não existe justificativa plausível para não combatermos esta aberração", disse. *A*

**Informações Ascom ANPT*



Foto: Arquivo Anamatra

Juíza discute terceirização com deputada Sandra Rosado

A deputada Sandra Rosado (PSB-RN) recebeu, no dia 27, a membro da Comissão Legislativa da Anamatra Luíza Eugênia, que pediu a ampliação da discussão do Projeto de Lei 4.330 de 2004, que regulamenta a terceirização no serviço público e privado. O projeto provoca polêmica porque autoriza as empresas a terceirizem todo seu serviço, incluindo as atividades-fim.

Luíza Eugênia destacou que o projeto representa retrocesso nas relações trabalhistas. A juíza deu como exemplo a terceirização de atividades-fim na Petrobras. "Os terceirizados exerceriam as mesmas funções dos ser-

vidores, com remuneração inferior", explicou. Para a magistrada, a medida também pode aumentar o índice de acidentes. "Estatísticas apontam que os acidentes de trabalho ocorrem com maior frequência entre os terceirizados, que têm menos investimentos em qualificação", disse.

O projeto encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, da qual Sandra Rosado é titular. A parlamentar afirmou que vai propor uma audiência pública para discutir o projeto. "Temos total interesse em discutir o tema. Esta modalidade de trabalho é exercida por milhões de brasileiros no País. Com o crescimento desta forma

de contratação, temos a obrigação de proteger o trabalhador, para que não vejamos os direitos trabalhistas serem dissolvidos".

Punição a juízes

A Anamatra também apresentou um parecer técnico a deputada Sandra Rosado sobre a PEC 505 de 2010, que permite a perda de cargo por parte de magistrados e membros vitalícios do Ministério Público em processos administrativos. A parlamentar é relatora da PEC e prometeu avaliar as sugestões do documento. *A*

Fonte: Liderança do PSB na Câmara

CSJT aprova criação de cargos e varas do Trabalho em 18 Regiões

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou de sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) realizada no dia 23 no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Na ocasião, foram aprovados 18 anteprojetos de lei que criam varas do Trabalho, cargos e funções no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, além da institucionalização do Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

Os anteprojetos aprovados dizem respeito às seguintes Regiões: 1ª (RJ), 4ª (RS), 5ª (BA), 6ª (PE), 8ª (PA/AP), 9ª (PR), 15ª (Campinas e Região), 17ª (ES), 20ª (SE), 22ª (PI), 23ª (MT) e 24ª (MS). Agora, as propostas seguem para o Órgão Especial do TST e, se aprovadas, vão a votação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e posteriormente são encaminhadas ao Congresso Nacional.

Durante a votação dos projetos, o presidente da Anamatra defendeu a ampliação da estrutura da Justiça do Trabalho nas Regiões perante os conselheiros. Esta é uma bandeira defendida pela Anamatra no TST, no CNJ e junto aos parlamentares. Por isso, di-

rigentes da entidade e diversos presidentes de Amatras, Leonardo Ely (24/MS) e Wellington Andrade (17/MS), estiveram presentes na sessão e anteriormente, junto aos ministros, para pedir a aprovação dos projetos.

Prevenção de acidentes de trabalho

Os conselheiros também aprovaram resolução que institucionaliza o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, o Programa Trabalho Seguro, do qual a Anamatra é signatária de protocolo de cooperação. "Gostaria de aproveitar a oportunidade para parabenizar o presidente João Oreste Dalazen por esta iniciativa, que tirou a magistratura e o TST da condição de passividade", declarou Renato Sant'Anna, destacando que a Anamatra e as Amatras estão empenhadas para contribuir com o programa.

O presidente do TST, por sua vez, agradeceu o elogio e disse contar com a importante ajuda dos juizes de primeiro grau. "Agradeço e conto com a importante participação dos colegas,

com a liderança da Anamatra, que já subscreveu o programa", frisou Dalazen.

Com a aprovação da resolução, os TRTs deverão desenvolver, em caráter permanente, ações voltadas à promoção da saúde dos trabalhadores, à prevenção de riscos, doenças e acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e saúde no Trabalho (PNSST), instituída pelo Decreto 7.602/2011. O Programa também deverá ser estendido aos magistrados e servidores da Justiça do Trabalho, com base nas diretrizes da Resolução CSJT nº 84/2011.

As atividades do Programa Trabalho Seguro deverão ser norteadas por sete principais linhas de atuação, que deverão contemplar: políticas públicas, diálogo social e institucional com a sociedade e instituições públicas e privadas, educação para a prevenção, compartilhamento de dados e informações, estudos e pesquisas, efetividade normativa e eficiência jurisdicional. Poderão ser estabelecidos projetos, metas e planos de ação para alcance dos resultados esperados em cada linha de atuação. *A*

**Com informações do CSJT*



Regras da previdência dos servidores se aplicam aos magistrados

Na aposentadoria de magistrados e no pagamento de pensão a seus dependentes, as regras a serem observadas são as do artigo 40 da Constituição Federal e não as contidas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman). Foi esse o entendimento que prevaleceu entre os membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) após o julgamento de resposta à consulta feita pela Anamatra, durante a 144ª sessão ordinária, realizada no dia 26.

A Anamatra o questionava a aplicabilidade dos artigos da Loman que disciplinam os requisitos de aposentadoria dos magistrados, após a entrada em vigor da Emenda Constitucional no 20/1998. A emenda deu nova redação ao inciso VI artigo 93 da Carta, dispondo que “a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no artigo 40”. No entanto, havia dúvidas

sobre a aplicabilidade imediata do dispositivo ou se isso dependeria da edição do novo Estatuto da Magistratura por lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), conforme previsto no caput do artigo 93.

Seguindo o voto do conselheiro-relator, Ney José de Freitas, o Conselho entendeu que a maioria dos incisos do artigo 93 da Constituição Federal - inclusive o inciso VI - fixa critérios estritamente objetivos “que não dependem de outra norma para produção de efeitos, possuindo, pois, eficácia plena e imediata”. Em seu voto, o relator destacou dois julgamentos em que o STF teve este mesmo entendimento ao analisar a aplicação - imediata ou não - de outros dispositivos do artigo 93.

“Por essas razões é certo, no meu entendimento, que a partir da en-

trada em vigor da referida Emenda Constitucional, a aposentadoria dos magistrados passou a ser regida, sem restrições, pelo artigo 40 da Lei Maior, porquanto o artigo 93, inciso VI, da Constituição Federal é de aplicabilidade integral e imediata, obrigando todos à sua observância, inclusive o legislador ordinário”, afirma o conselheiro em seu voto.

O artigo 40 disciplina o regime geral de previdência dos servidores públicos detentores de cargos efetivos e foi alterado pela Emenda Constitucional 41/2003. Entre as alterações trazidas pela Emenda estão o recebimento de proventos proporcionais ao tempo de contribuição e a instituição de idade e tempo mínimo de contribuição para o pedido de aposentadoria. *A*

* Agência CNJ de Notícias

A **Anamatra** está nas mídias sociais para se aproximar de você, **associado**, que faz da nossa entidade uma instituição que cuida das prerrogativas dos magistrados do Trabalho sem esquecer das lutas por uma sociedade melhor e mais justa para todos. Acesse nossos canais de comunicação e saiba o que a Anamatra tem feito pelo juiz do Trabalho e pelo cidadão brasileiro.



ANAMATRA



www.anamatra.org.br
www.facebook.com/anamatra
www.twitter.com/anamatra
www.youtube.com/tvanamatra
www.flickr.com/photos/anamatra



Anamatra convida ministro Aloysio Corrêa para o 16º Conamat

O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, e os diretores André Cavalcanti e Narbal Fileti estiveram no gabinete do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Aloysio Corrêa da Veiga na no dia 29 de fevereiro. Os juízes convidaram o ministro para o 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), que acontecerá de 1º a 4 de maio em João Pessoa (PB).

“Eu organizei dois Conamats. O segundo deles, inclusive, que foi em 1992 no Rio de Janeiro”, afirmou da Veiga. Ele demonstrou interesse em participar da 16ª edição do evento.

Os representantes da Anamatra também aproveitaram a oportunidade para consultar o ministro sobre a possibilidade de a participação dos juízes no Conamat entrar no cômputo das 40 horas/aula de formação continuada que o magistrado deve ter por semestre, segundo o que dispõe Resolução nº 9 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), órgão dirigido atualmente pelo ministro Aloysio.

“A Enamat e a Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados) são reconhecidas pela capacitação dos juízes. A ida do juiz à escola é uma necessidade. O magistrado tem que se atualizar”, frisou o ministro.

Já no dia 13 de março, Narbal Fileti esteve novamente com o ministro para pedir apoio institucional ao Conamat e reforçar o convite, além de tratar da Resolução nº 9. O ministro do TST afirmou que pretende participar do Conamat, sendo necessário apenas consultar sua agenda para poder conciliar com as sessões da Corte. Além disso, Veiga destacou que acha importante a Anamatra contribuir com o diálogo para o aperfeiçoamento da Enamat e das escolas judiciais nas Regiões. Fileti afirmou ao ministro que a Anamatra está a disposição para contribuir com a Escola Nacional e aperfeiçoar os ditames da Resolução nº 9.



Foto: Arquivo Anamatra

“Temos que fazer o juiz ir à escola. Acabou a história de que o magistrado é um mero expectador a distancia”, ressaltou Veiga.

Aloysio Corrêa da Veiga também elogiou a iniciativa da Anamatra de levar o Direito do Trabalho para crianças e jovens por meio do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). No dia 1º de março, a Enamat abriu espaço para que Associação apresentasse o Programa para os novos juízes do 11º Curso de Formação Inicial.

“Queremos despertar o voluntariado nos juízes, despertar a consciência cidadã”, disse o ministro do TST. “Temos que construir um país melhor, e isso só é possível se cada um fizer sua parte”, completou. *A*

Foto: Arquivo Anamatra



“Temos que fazer o juiz ir à escola. Acabou a história de que o magistrado é um mero expectador a distancia”

Aloysio Corrêa

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC pede apoio à Anamatra



Foto: Arquivo Anamatra

“Vamos estudar o assunto e submeter o texto às nossas instâncias deliberativas, sempre tendo em mente os princípios do Direito do Trabalho”

Renato Sant’Anna

O presidente e o vice-presidente da Anamatra, Renato Sant’Anna e Paulo Schmidt, receberam no dia 8 o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre. Também participaram da reunião outros membros do sindicato, além do membro da Comissão Legislativa da Anamatra Luis Cláudio Branco.

O representante dos metalúrgicos do ABC solicitou o apoio da Anamatra para anteprojeto sobre nova lei no campo da negociação coletiva, que criará mais um instrumento normativo: o Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico.

A proposta garantirá a um sindi-

cato profissional devidamente habilitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e a uma empresa do setor econômico correspondente estipular, com segurança jurídica, condições específicas de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa e às suas respectivas relações. O instrumento, segundo seus autores, dará efetividade aos direitos já previstos em lei, sem no entanto, se chocar com a legislação existente.

“Vamos estudar o assunto e submeter o texto às nossas instâncias deliberativas, sempre tendo em mente os princípios do Direito do Trabalho”, comentou Renato Sant’Anna.

Renato Sant'Anna fala sobre a relação entre Ministério Público, advocacia e magistratura

Foto: Arquivo Anamatra



O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou de painel no dia 9 durante o 11º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). "Deontologia Profissional Aplicada" foi o tema abordado pelo

magistrado em conjunto com o subprocurador-geral do Trabalho, Rogério Fernandez Filho, e o vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Alberto de Paula Machado. O painel foi coordenado pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Horácio Senna Pires.

Sant'Anna falou sobre o relacionamento entre magistrados, procuradores do Trabalho e advogados. "Há muito mais coisas em comum do que divergências. Cada um tem o seu papel", disse o magistrado. O presidente também aproveitou a oportunidade para falar sobre a atuação da Anamatra tanto na defesa das prerrogativas da carreira, quanto dos direitos sociais. "Nossa entidade estará sempre ao lado dos juízes na defesa de sua independência", disse.

Ao final de sua exposição, o presidente da Anamatra convidou os novos juízes para o 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), que acontece dos dias 1º a 4 de maio em João Pessoa com o tema "Uma nova sociedade. Um novo juiz do Trabalho". "Será uma oportunidade enriquecedora para os novos juízes, que terão oportunidade de estar com colegas de várias partes do país", finalizou. *A*

Diretoria recebe visita de indicado para representar o Brasil na Corte Internacional de Direitos Humanos

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, recebeu visita de cortesia do advogado Roberto Caldas, que foi indicado pelo governo brasileiro para compor a Corte Internacional de Direitos Humanos. "Não poderia deixar de vir aqui. A Anamatra sempre travou belos debates", afirmou o defensor.

Sant'Anna reconheceu a importância de um jurista trabalhista ser indicado para funcionar na referida Corte, bem como a gentileza da visita.

Também participaram do encontro os membros do Conselho Fiscal da Anamatra Leonardo Ely e Adib Salim, além do integrante da Comissão Legislativa Luis Cláudio Branco. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Novos juízes conhecem a Anamatra



Foto: Arquivo Anamatra

Dirigentes da Anamatra receberam, no dia 22, 55 novos juízes que estão em Brasília para o 11º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). Os novos magistrados tiveram a oportunidade de conhecer a sede da entidade e saber mais sobre sua atuação e objetivos.

“Quando vocês tiverem alguma dificuldade na carreira, lembrem que o lugar onde vocês vão encontrar uma palavra amiga e alguém que estará disposto a encaminhar o seu problema é aqui, dentro das Amatras e da Anamatra”, aconselhou o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna.

Sant’Anna também falou da importância dos novos juízes irem para as associações para defenderem suas prerrogativas e também lutar por temas de interesse da sociedade. “A Anamatra tem que ser muito mais do que é hoje. E, para isso, ela depende de vocês. A gente leva até um patamar, mas depois alguém tem que carregar para frente”, disse, referindo-

*“Sejam
bem vindos à
magistratura
e sejam felizes
nesta profissão.
Ela é solitária e
difícil, mas com
solidariedade nos
mantemos
unidos e fortes”*

Paulo Schmit

-se às lutas associativas. No mesmo sentido, o vice-presidente da entidade, Paulo Schmit, convidou os magistrados para se filiarem às Amatras e à Anamatra. “Queremos que todos sejam associados porque precisamos ter um canal com vocês. Todos os projetos que dizem respeito ao trabalho humano, ao Processo do Trabalho e ao Processo Civil nos dizem respeito. E isso demanda mão de obra. Portanto, precisamos de vocês para contribuir e reforçar nosso trabalho”, destacou.

“Sejam bem vindos à magistratura e sejam felizes nesta profissão. Ela é solitária e difícil, mas com solidariedade nos mantemos unidos e fortes”, finalizou Schmit.

Também participaram da recepção o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Lúcio Munhoz, que é juiz do Trabalho, o membro do conselho fiscal da Anamatra, Adib Salim, e o membro da Comissão Legislativa Luis Cláudio Branco, além de representantes de Amatras 2 (SP), Anísio de Sousa, e 17 (ES), Wellington do Nascimento. *A*

Comissão avalia trabalhos para Revista Trabalhista Direito e Processo nº 41

Integrantes da Comissão da Revista Trabalhista Direito e Processo reuniram-se no dia 26 na sede da Anamatra, em Brasília, para analisar sentenças, acórdãos e artigos científicos que poderão ser publicados na 41ª edição.

Participaram do encontro o diretor de Formação e Cultura da Anamatra, Narbal Fileti, e os magistrados Cléber Lúcio Almeida (Amatra 3/MG), José Aparecido dos Santos (Amatra 9/PR) e Guilherme Guimarães Feliciano (Amatra 15/Campinas e Região).

A Revista Trabalhista Direito e Processo é importante veículo crítico de divulgação de ideias na área do Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, com ênfase em matérias atinentes à nova competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45 e aos impactos do Processo Civil no Processo do Trabalho. Também aborda outros ramos do Direito e do conhecimento, desde que guardem relação com o mundo do trabalho e com a atuação da Justiça.



Foto: Arquivo Anamatra

Participação

O periódico divulga sentenças, acórdãos e artigos científicos da área jurídica. Para participar, basta conferir as regras para envio dos documentos, disponíveis nos editais da Revista, que são veiculados periodicamente na área de “Publicações” do site da Anamatra.

Assinatura

A assinatura da Revista poderá ser feita através do site da editora - www.ltr.com.br, com desconto de 30%. *A*


Estevão Mallet visita Associação



Foto: Arquivo Anamatra

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, recebeu visita de cortesia do advogado Estevão Mallet no dia 28, na sede da entidade em Brasília. O membro do Conselho Fiscal Leonardo Ely, presidente da Amatra 24 (MS), também participou do encontro.

Renomado jurista, Mallet já participou de eventos da Anamatra, a exemplo da Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho, realizada em novembro de 2010 em Cuiabá (MT). Na ocasião, o advogado falou sobre a hermenêutica e fontes do Direito na execução. *A*



**Meu plano de saúde
não cobre o médico
e o hospital que eu
prefiro pra me tratar.
E agora?**

Magistrado: não se preocupe. Com a parceria da ANAMATRA com a Qualicorp, os planos de saúde que oferecem os melhores médicos, hospitais e laboratórios do Brasil já estão ao seu alcance.*

SulAmérica
associada ao **ING**

**Condições
super
vantajosas**

Ligue e confira:

0800-777-4004

Ou acesse: www.qualicorp.com.br

ANAMATRA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS MAGISTRADOS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO

Qualicorp
soluções em saúde

SulAmérica:

ANS nº 000043

Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. Condições contratuais disponíveis para análise. *A comercialização dos planos respeita a área de abrangência da operadora. A cobertura de hospitais e laboratórios, bem como de honorários profissionais, se dá conforme a disponibilidade da rede médica e as condições contratuais de cada categoria de plano. Abril/2012.

Qualicorp Adm.
de Benefícios:

ANS nº 417173

Juízes participam de evento pelo trabalho seguro na construção civil

“Prevenção é questão de educação pelo trabalho”. Com essa afirmação, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, abriu o “Ato Público pelo Trabalho Seguro na Construção Civil”, que aconteceu na manhã do dia 02 de fevereiro, em frente ao Maracanã. O evento faz parte das ações do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, de iniciativa do TST, do qual a Anamatra é parceira.

O evento, que contou com o apoio do Amatra 1 (RJ), teve o objetivo de conscientizar os trabalhadores da importância dos quesitos segurança e saúde no trabalho, e reuniu autoridades e milhares de operários envolvidos nas obras de reconstrução do estádio. A Anamatra foi representada pela diretora de Comunicação, Cléa Couto. Diversos magistrados do Trabalho também prestigiaram o evento, a exemplo da presidente da Amatra 1 (RJ), Áurea Sampaio.

Em seu discurso, Dalazen apontou a preocupação da Justiça do Trabalho com o crescente número de acidentes

de trabalho no Brasil. De acordo com ele, apenas em 2010, 150 trabalhadores da construção civil se acidentaram, diariamente, em obras espalhadas pelo País. Outro dado alarmante citado por Dalazen foi o de processos relacionados a acidentes de trabalho, julgados pelo TST, que, além de serem em grande número, denotam, muitas vezes, descuido e desatenção por parte do trabalhador.

Alertando aos trabalhadores sobre a importância da utilização dos equipamentos de segurança, os ex-futebolistas e membros do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014, Ronaldo Fenômeno e Bebeto, e o iatista, Lars Graell, falaram para uma plateia entusiasmada com a presença dos esportistas.

“O Brasil sediará os dois maiores eventos da humanidade: a Copa do Mundo e a Olimpíada. Mas, hoje, antes de buscarmos o podium, nossa luta é pela vida. Precisamos avançar no quesito segurança. Não queremos estar no ranking dos acidentes de trabalho, mas, sim, no de vitórias”, ressaltou Graell.

O secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, no Ato representando a presidente Dilma Rousseff, falou que o Governo tem como uma de suas metas a redução dos acidentes de trabalho. Segundo ele, há muitas obras em andamento no Brasil e é preciso fiscalizar e conscientizar quanto à importância da preservação da vida.

Durante o evento, os presentes puderam assistir a um vídeo educativo sobre prevenção de acidentes e participar de jogos sobre segurança no trabalho, no estande do Seconci. Em outro momento, representando todos os trabalhadores, o operário João Francisco, conhecido como Acerola, recebeu, das mãos de Ronaldo, uma camisa autografada da Seleção Brasileira. Após o término do Ato Público, os atletas e as autoridades foram na torre de visitação do Maracanã, onde puderam ver o andamento das obras. *A*

* Com informações Ascom/Amatra 1 (RJ)



Vice-presidente da Anamatra participa de encontro de magistrados pernambucanos

A implantação do processo eletrônico na Justiça do Trabalho e a proteção aos direitos fundamentais é o tema do XXI Encontro Regional de Magistrados do Trabalho da 6ª Região (PE), realizado em Porto de Galinhas (PE) de 14 a 17 de março. O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, participou da solenidade de abertura, e alertou para a importância da mobilização permanente da magistratura para garantir a autonomia do Judiciário.

“Ante a política deliberada pelo aviltamento do Poder Judiciário, atravessamos um período que queremos esquecer. Vivemos um momento de perplexidade com o Congresso Nacional apreciando propostas precarizantes das relações de trabalho, como o impedimento de greve nas obras do PAC. E mais: temos que estar atentos sobre os riscos de acordos pré-campanha eleitoral”, disse Schmidt.

O evento reúne cerca de 100 juizes do trabalho de Pernambuco para avaliar os impactos da implantação dos meios eletrônicos na JT. “São me-



Foto: Arquivo Anamatra

didias que trarão mais agilidade para o cidadão, mais facilidade para os magistrados, mas não podemos esquecer a importância da humanização do processo”, afirmou a presidente da Anamatra VI, Luciana Conforti.

Durante os quatro dias de debates, haverá palestra do ministro do TST, Luz Philippe Vieira de Mello Filho; do

integrante do Conselho Nacional de Justiça, Wellington Saraiva; do presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho, Álvaro Flores Monardes, magistrados, procuradores, operadores do direito. *A7*

Fonte: Ascom Anamatra 6 (PE)

Pré-Conamat da 15ª Região tem sete teses aprovadas

Sete teses de magistrados da 15ª Região (Campinas e Região) foram aprovadas no Pré-Conamat realizado no dia 24, em Campos do Jordão (SP), durante o 6º Congresso Nacional dos Magistrados do Trabalho da Região Sudeste. O evento serve de preparação ao 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), que ocorrerá de 1º a 4 de maio, em João Pessoa/PB. *A7*



Foto: Arquivo Anamatra

Juízes da 4ª região se reúnem em Bento para o Pré-Conamat



Foto: Arquivo Anamatra

A mudança na relação entre os Poderes, quando o Judiciário passa a ter proeminência a partir do século 20, foi a análise feita pelo doutor em Ciências Sociais e mestre em Antropologia Social, Benedito Tadeu Cesar, que abriu o pré-Conamat promovido pela Amatra 4 (RS) no Spa do Vinho, em Bento Gonçalves (RS). O evento é preparatório para o 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat) que ocorrerá de 1º a 4 de maio, em João Pessoa (PB).

O presidente da Amatra 4, Marcos Fagundes Salomão, deu as boas-vindas aos convidados entre os quais estavam a vice-corregedora do TRT 4, Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo, e o diretor da Femargos, José Fernando Ehlers de Moura.


Para o palestrante - que falou ao lado do desembargador do Tribunal de Justiça do RS, Rui Portanova, e do juiz do Trabalho e ex-presidente da Anamatra, Luciano Athayde -, esse papel de proeminência é ocupado pelo Judiciário, por intermédio dos seus juízes e desembargadores. "Ele (o Judiciário) passa a interpretar a Constituição e com isso limita os demais Poderes", assegura Benedito, observando que o papel do juiz deixa de ser apenas de aplicador de normas e legislação. "Ele terá que assumir

cada vez mais este papel e garantir o direito das minorias", complementa.

Na sua intervenção sobre a (Des) Humanização das Relações Jurídicas, o desembargador do TJ gaúcho garantiu que 30% da demanda do seu trabalho está diretamente relacionada a necessidade de obrigar o Estado a cumprir direitos básicos como cirurgias (inclusive em outros Estados), fornecimento de cadeira de rodas mecânicas, de fraldas, transporte para estudantes, criar creches, colégios e vagas no ensino privado quando o público não disponibilizá-las. "Com isso, nós já estamos praticamente administrando o Estado", diz Portanova, afirmando que o Judiciário se tornou um super poder. Ele falou ainda sobre as chamadas amarras do Direito e garantiu que imparcialidade é diferente de neutralidade. Imparcialidade é exigida para que o juiz não julgue um processo que ele possa ter interesse direto ou indireto sobre este. A neutralidade está relacionada a visão de mundo. "Não há neutralidade nem na ciência, nem no Direito. De uma forma ou de outra, nós colocamos nas nossas decisões, o sentimento, que é a raiz das nossas sentenças", assinalou.

O ex-presidente da Anamatra, Luciano Athayde, foi o terceiro e último palestrante da noite. Falan-

do sobre as Perspectivas para a Carreira da Magistratura, ele discorreu sobre as mudanças ocorridas após a Emenda Constitucional 45 que definiu as novas competências da Justiça do Trabalho, ocasionando toda uma alteração na rotina do magistrado. "Hoje eu preciso ter, pelo menos, algum conhecimento em Medicina porque o laudo pericial sobre uma doença degenerativa, por exemplo, vai incluir informações que o juiz terá de consultar numa bibliografia segura", advertiu. Para Athayde, o grande desafio do juiz do Trabalho é decidir em pouco tempo causas que refletirão na saúde do trabalhador e as repercussões na sociedade. Ele citou as sentenças coletivas como alternativa de solucionar com uma única decisão uma mesma problemática.

O ex-presidente da Anamatra, criticou ainda a perspectiva funcional do magistrado. "A magistratura é uma promessa de carreira e deve ser concretizada. A não esperança funcional é um desestímulo que vai desgastando a relação do juiz com a magistratura", observou, salientando que a governança do Judiciário tem que ser do juiz, e a governança do juiz implica ter a sua presença em todos os setores deste Poder, com a devida autonomia. 

Fonte: Ascom/Amatra 4 (RS)

Amatra 9 (PR) elege novos dirigentes

A Amatra 9 (Paraná) realizou no dia 16 Assembleia Geral Ordinária para eleição dos novos integrantes da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Representantes para o biênio 2012/2014. Também foram escolhidos os membros do Conselho Executivo da Escola da Associação (Ematra-PR) para o mesmo mandato. Cerca de 70% dos associados participaram do pleito de forma presencial ou por sobrecarta. A única chapa inscrita "Unidade & Trabalho", encabeçada pelo secretário-geral da Anamatra, juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, recebeu 152 votos. Foram registrados 6 em branco e 3 nulos.

Os novos dirigentes da Associação foram empossados em seguida à proclamação do resultado da eleição.

Conheça a nova diretoria da Amatra 9, os coordenadores regionais e conselheiros da Ematra-PR:

Diretoria Executiva

Presidente:
Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira
Vice-Presidente:
Sandra Mara Flügel Assad
Diretora Administrativa:
Graziella Carola Orgis
Diretor Financeiro:
Carlos Martins Kaminski
Diretor de Prerrogativas e Reivindicações:
Rafael Gustavo Palumbo
Diretor Cultural:
Luciano Augusto de Toledo Coelho
Diretor de Relações Externas e Imprensa:
Sergio Guimarães Sampaio
Diretora Social e de Esportes:
Lisiane Sanson Pasetti Bordin
Diretor de Informática:
Luiz Alves
Diretora de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social:
Fernanda Hilzendeger Marcon

Conselho Fiscal

Carlos Henrique de Oliveira Mendonça
Paulo da Cunha Boal
Ronaldo Piazzalunga
Suplente: **Flávia Daniele Gomes**

Conselho de Representantes

1º sub-região:
Edmilson Antônio de Lima, Bráulio Gabriel Gusmão e Paula Regina Rodrigues Matheus Wandelli
2ª sub-região:
Angélica Cândido Nogara Slomp
3º sub-região:
Adelaine Aparecida Pelegrinelo Panage
4ª sub-região:
Manoel Vinícius de Oliveira Branco
5ª sub-região:
Sandra Mara de Oliveira Dias
6ª sub-região:
Sandro Antonio dos Santos
Representante dos juizes aposentados:
Sandra Maria da Costa Ressel

Conselho Executivo da Ematra-PR

Representantes dos Desembargadores:
Sérgio Murilo Rodrigues Lemos
Representantes dos Juizes Titulares:
Cassio Colombo Filho
Representantes dos Juizes Substitutos:
Felipe Augusto de Magalhães Calvet

Fonte: Ascom/Amatra 9 (PR)



Novos juízes conhecem o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania

O juiz Gustavo Vieira, da Comissão Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), participou de painel no dia 1º durante o 11º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). “Relacionamento com a sociedade e a mídia” foi o tema abordado pelo magistrado em conjunto com a presidenta da Amatra 10 (DF e TO), Noemia Porto. O painel foi coordenado pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho Maurício Godinho.

Em sua intervenção, Vieira falou do momento delicado em que vive o Poder Judiciário perante a opinião pública e afirmou que a solução para isso é uma maior aproximação dos magistrados com a sociedade. “A magistratura tem se dado conta de que a legitimação do juiz no século XXI não se dá apenas pelo concurso. O juiz tem a obrigação de se relacionar com a sociedade não só pela sentença e na audiência. Deve prestar contas. Nós somos responsáveis pelo que a sociedade pensa

de nós como juízes”, disse. Nesse sentido, Gustavo Vieira convidou os magistrados a conhecerem o TJC e afirmou que é responsabilidade do juiz do Trabalho se comunicar com a sociedade. “Justiça e educação são valores fundamentais na sociedade moderna e não há ramo do Poder Judiciário que tenha uma relação mais visceral com os direitos fundamentais que o Direito do Trabalho. E nós temos de viver essa realidade”, completou.

O magistrado também falou sobre a Cartilha do Direito Internacional do Trabalho, produzida pela Anamatra em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cuja versão em espanhol já está sendo distribuída pela OIT no Peru, além da versão em francês que pode ser distribuída no Haiti em ações decorrentes do Protocolo firmado pelo Brasil para qualificação de mão-de-obra naquele país. O magistrado também falou do engajamento da Anamatra na Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho do TST, cuja

temática será inserida no TJC na linha do “ensino para a prevenção”, que inclusive produzirá cartilha em quadrinhos sobre o tema.

Condições de trabalho

O magistrado também afirmou que os Tribunais precisam oferecer melhor estrutura de trabalho para os magistrados, implementando as Resoluções do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que prevêem dois juízes por Vara, dentre outras providências essenciais. “É preciso cuidar da saúde dos juízes, que já apresentam elevados índices de afastamentos pelo excesso de trabalho. São condições básicas para que a magistratura possa melhor cumprir ações de responsabilidade social, meta do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário fixada pelo CNJ”. Ao encerrar a sua participação, Gustavo Vieira reiterou a necessidade de valorização da magistratura e do Poder Judiciário, citando Mahatma Gandhi: “temos de tornar na mudança que queremos ver”. *Ar*



Foto: Arquivo Anamatra

“O juiz tem a obrigação de se relacionar com a sociedade não só pela sentença e na audiência. Deve prestar contas. Nós somos responsáveis pelo que a sociedade pensa de nós como juízes”

Gustavo Vieira

Diretora apresenta o TJC aos gestores do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes



Foto: Arquivo Anamatra

A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli, e integrantes da Comissão Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) apresentaram no dia 6 a iniciativa da Anamatra aos gestores do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, idealizado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que conta com o apoio da Associação.

O desembargador da 3ª Região, Sebastião Oliveira, que atua como convocado no TST, falou na abertura da reunião sobre a importância das empresas observarem as normas de saúde e segurança no trabalho. Os juízes Marcos Fava e Rubens Curado, também enfatizaram a necessidade de uma educação pelo trabalho seguro e da expectativa com a parceria da Anamatra com o TJC. "O TJC tem uma inovação inegável que é o juiz

sair da posição do passivo receptor de litígios para um interlocutor social", ressaltou Fava.


Sandra Bertelli ressaltou que a prevenção de acidentes de trabalho está intimamente ligada à ideia de educação, conscientização do trabalhador sobre seus direitos e também sobre a necessidade de se manter o ambiente de trabalho saudável e evitar acidentes e doenças típicas. "O TJC tem se revelado um eficaz instrumento nesta importante missão, promovendo a integração do Poder Judiciário com a sociedade, estimulando o respeito aos direitos do cidadão e o acesso à justiça".

A magistrada também anunciou aos gestores que a Anamatra produzirá uma cartilha em quadrinhos sobre prevenção de acidentes de trabalho, a exemplo da Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos e da Cartilha de Direito Internacional do

"Sem educação não se consegue chegar a nenhum patamar. Essa é a condição e o pressuposto da verdadeira cidadania"

Eliete Telles

Trabalho, ambos instrumentos utilizados na aplicação do TJC nas escolas em todo o Brasil.

A coordenadora nacional do TJC, Eliete Telles, e o juiz Gustavo Vieira, membro da Comissão Nacional do Programa, também relataram aos juízes gestores um pouco da experiência com o Programa. "Sem educação não se consegue chegar a nenhum patamar. Essa é a condição e o pressuposto da verdadeira cidadania", disse Telles. 

Anamatra pede engajamento das Amatras nas questões relativas aos aposentados

Foto: Arquivo Anamatra



“Somos um só corpo: ativos e aposentados. Temos as mesmas expectativas”

Terezinha Kineipp

A diretora de Aposentados da Anamatra, Terezinha Kineipp, aproveitou a reunião do Conselho de Representantes realizada no dia 29 de fevereiro para pedir a colaboração dos presidentes das Amatras nas questões ligadas aos aposentados. O primeiro pedido da magistrada foi a respeito da criação da diretoria de aposentados nas associações regionais. “Muitas Amatras ainda não possuem esta pasta, que é essencial para a defesa dos direitos e prerrogativas dos aposentados”, justificou.

Outros assuntos abordados por Terezinha foram: o combate à discriminação que vem ocorrendo nos TRTs, especialmente quanto ao pagamento de passivos, onde ainda são relatadas disparidades sofridas pelos aposentados; o incentivo ao cadastramento

dos aposentados de cada região para que preencham a ficha enviada pela Anamatra via correio; o incentivo ao comparecimento dos diretores regionais dos aposentados e dos demais associados aposentados ao 16º Conamat (painel dos aposentados), no dia 3 de maio, às 10h30, em João Pessoa (PB); o incentivo ao comparecimento dos diretores regionais dos aposentados ao 3º Encontro dos Aposentados, que ocorrerá no período de 02 a 05 de agosto deste ano, no Rio de Janeiro; e o empenho, junto aos parlamentares dos seus estados, no sentido da aprovação da PEC 555, que prevê a extinção da contribuição previdenciária para os aposentados.

“Somos um só corpo: ativos e aposentados. Temos as mesmas expectativas”, disse a diretora da Anamatra.

Em seguida, citou os dois primeiros parágrafos das “Considerações Finais” do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), para reflexão dos colegas: “Sabemos que o maior legado que podemos deixar para as gerações que estão se constituindo é a educação voltada para o respeito aos direitos humanos. Só é possível uma harmonia que escapa da violência, dos maus-tratos na infância e na velhice, dos salários indignos, das piores condições de sobrevivência, do sofrimento e do abandono social quando existir o respeito e a valorização do outro, da natureza e da humanidade”. Ao final, a magistrada lembrou do provérbio chinês: “aquele que garante o bem-estar dos outros, garante o próprio”. *A*



PRÊMIO ANAMATRA DE DIREITOS HUMANOS 2012

NO MUNDO DO TRABALHO

Nova categoria "Programa Trabalho,
Justiça e Cidadania"

Mais de R\$ 40.000,00
em prêmios

Categoria Imprensa dividida em quatro
segmentos, premiando também fotografia.

INSCRIÇÕES ATÉ 31 DE JULHO DE 2012 PARTICIPE!

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) apresenta a 5ª edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos, com objetivo de valorizar ações concretas de garantia e promoção de direitos humanos nas relações de trabalho.

As categorias são:

Categoria Cidadã: pessoas físicas e jurídicas, incluídas entidades não governamentais e outras entidades que desenvolvam projetos e ações concretas relacionadas aos temas abordados no item 2 do regulamento;

Categoria "Programa Trabalho, Justiça e Cidadania": alunos, professores e/ou escolas que promovam ações cidadãs e práticas de disseminação dos ideais da Justiça Social, por meio da aplicação

do "Programa Trabalho, Justiça e Cidadania" da Anamatra, observada a temática contemplada no item 2 do regulamento;

Categoria Imprensa: pessoas físicas ou jurídicas que tenham veiculado reportagens, série de matérias, fotografias ou campanhas publicitárias relacionadas aos temas do item 2, nas seguintes subcategorias:

- Impresso (jornal, revista e internet);
- Televisão;
- Rádio;
- Fotografia (veiculada em jornal ou revista).

O vencedor de cada categoria ou subcategoria receberá estatueta inspirada no Cilindro de Ciro e premiação em dinheiro no valor líquido de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Confira como participar, o regulamento completo e a ficha de inscrição no site da Anamatra - www.anamatra.org.br

Realização

